PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. HELIO LOPES)

Dispõe sobre a ampliação dos benefícios de redução de saldo devedor previstos nos arts. 6°-B e 6°-F para todos os cursos superiores abrangidos pelo Fies.

O Congresso Nacional decreta:

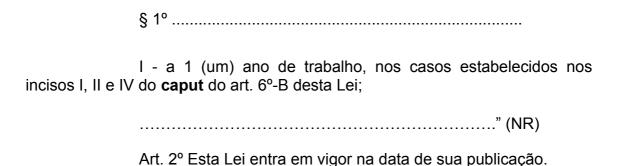
	Art. 1	° Os arts.	6°-B e 6°-F	da Lei nº	10.260, d	le 12 (de julho	de
2001	, passam a vigor	ar com a s	eguinte red	lação:				

	"Art. 6°-B
	IV - quaisquer outras profissões cujos empregadores dos
beneficiários eg	ressos do Fies arcarem com as despesas correspondentes da
União relativas	aos valores da redução do saldo devedor referida.
	§ 4°
	I - a 1 (um) ano de trabalho, para o caso dos incisos I, II e IV
do caput deste	artigo;
	" (NR)

"Art. 6°-F O Fies poderá abater mensalmente, na forma a ser estabelecida em regulamento, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, 1% (um por cento) do saldo devedor consolidado, incluídos os juros devidos no período e independentemente da data de contratação do financiamento, dos estudantes de que tratam o inciso I do **caput** e o § 2° do art. 6°-B desta Lei e até 50% (cinquenta por cento) do valor mensal devido pelo financiado pelo Fies dos estudantes de que tratam os incisos II, III e IV do **caput** do art. 6°-B desta Lei.







JUSTIFICAÇÃO

O financiamento estudantil do Fies é um mecanismo de grande importância para que os alunos da educação superior possam ter maior mobilidade social, uma vez que a conclusão de um curso superior é um dos fatores que permite o aumento da renda. No entanto, muitos estudantes acabam por se encontrar, na fase de amortização das dívidas, inadimplentes com a dívida do Fies.

Para sanar essa dificuldade, ampliamos as reduções de saldo devedor já possíveis para beneficiários egressos do Fies (arts. 6°-B e 6°-F) que trabalham como médicos militares, médicos que trabalham no Saúde da Família e professores que lecionam nas redes públicas de ensino. Pela nova redação proposta, todos os demais concluintes de cursos financiados pelo Fies poderão usufruir da redução de saldo devedor já estabelecida em lei, contanto que o empregador (seja ele um ente público ou uma empresa privada), arque com os respectivos custos que a União tiver para a respectiva redução do saldo devedor.

Diante do exposto, conclamo aos demais parlamentares que apoiem este projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado HELIO LOPES



